

A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JATAÍ – GOIÁS

CHIMITI, Joshua Almeida¹

NOVAIS, Sandra Nara da Silva²

Resumo: O trabalho apresentado é parte da pesquisa que se encontra em desenvolvimento no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Licenciatura - Prolicen da Universidade Federal de Goiás que tem como objetivo analisar a implementação do ensino da história e cultura indígena - Lei 11.645/2008 - no Ensino de História da rede Municipal de Ensino do município de Jataí-Goiás buscando compreender os desafios, limites e possibilidades que permeiam a abordagem da temática indígena em sala de aula. Diante das novas abordagens e possibilidades do fazer histórico e historiográfico partimos das seguintes questões: Quais são os principais aportes teóricos e conceituais para se pensar e compreender as populações indígenas na contemporaneidade? Que abordagens permeiam o ensino da história e cultura indígena na educação básica? Como a implementação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre as populações indígenas? No contexto educacional brasileiro, a história e cultura indígena é abordada superficialmente, a diversidade cultural e étnica dos mais de 230 povos indígenas que vivem atualmente no Brasil é apresentada de forma genérica, descontextualizada e estereotipada.

Palavras-chaves: História – Cultura Indígena – Ensino de História

Introdução

Os pressupostos que nortearam as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, apresentaram desde seu início, segundo Cunha (1998) duas tendências diferentes. A primeira foi marcada pela dominação, por meio de políticas em que o Estado brasileiro buscava uma integração e homogeneização cultural. Essa política teve início ainda no período colonial brasileiro e permaneceu até o final dos anos de 1980 do século XX. A política integracionista reconhecia a diversidade dos grupos indígenas,

¹ Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras - Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí – Pesquisa desenvolvida no âmbito no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Licenciatura - Prolicen. e-mail kallious@hotmail.com.

² Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí – (Orientadora) e-mail novaisnara@hotmail.com.

mas acenava para o fim dessa diversidade, na medida em que se acreditava que os índios deveriam ser incorporados na sociedade nacional.

A segunda tendência começou a despontar por volta da metade dos anos de 1970 contando com o apoio de setores da população brasileira, que passaram a exigir a criação de entidades capazes de apoiar, colaborar e fortalecer a luta dos povos indígenas que puderam, a partir de então, se re-organizar e se opor ao processo de dominação que lhes fora imposto pela política integracionista e protecionista adotada pelo Estado. Nesse momento organizações não governamentais se juntaram à luta dos povos indígenas abrindo novos espaços sociais e políticos de âmbito nacional e internacional fazendo com que a questão indígena fosse ganhando cada vez mais visibilidade e força.

A promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 gerou um intenso debate entre diversos setores da sociedade brasileira, os quais perceberam o momento de fortalecer suas lutas políticas e assegurar direitos que lhes eram negados pelas legislações anteriores. Esse foi um momento decisivo, tornando-se um marco histórico para o fortalecimento da luta dos povos indígenas, uma vez que significou a ruptura com a política integracionista adotada pelo Estado brasileiro ao reconhecer o direito dos povos indígenas à prática de suas formas culturais tradicionais próprias.

Diante de contextos histórico/sociais marcados por preconceito, intolerância e discriminação ensinar e aprender história requer dos/as professores/as redimensionar o papel formativo do ensino de história e da possibilidade educativa da história, e assumir o ofício de professor/a de História como uma forma de luta política em que a relação ensino e aprendizagem devem constituir-se em desafios para educadores e educandos na luta permanente contra toda forma de dominação, opressão e violência.

Tem se observado que na maioria dos manuais didáticos, por exemplo, as populações indígenas continuam sendo mencionadas no passado, como sendo aquelas que estavam aqui quando os portugueses chegaram: moravam em ocas, utilizavam arco e flecha para caçar e pescar usavam cocar e pintavam o corpo para dançar. Tais referências conduzem a interpretações equivocadas sobre as populações indígenas que lutam por seus direitos numa sociedade injusta e preconceituosa que é a sociedade capitalista.

Partindo dessas considerações o trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do programa PROLICEN edição 2015-2016 consistiu em analisar a implementação do ensino da história e cultura indígena - Lei 11.645/2008 - no ensino de história da Rede Municipal de Ensino do município de Jataí – Goiás buscando compreender os desafios, os limites e possibilidades que permeiam a abordagem da temática indígena em sala de aula.

Objetivos

Os objetivos da pesquisa consistiram em: compreender os principais aportes teóricos e conceituais no estudo da história e cultura indígena; debater a Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena na educação básica e nos cursos de formação de professores e analisar a implementação do ensino da história e cultura indígena - Lei 11.645/2008 - no ensino de história da Rede Municipal de Ensino do Município de Jataí – Goiás buscando compreender os desafios, limites e possibilidades que permeiam a abordagem da temática indígena em sala de aula. Além disso, organizar um acervo sobre a questão indígena para ser disponibilizado aos professores da educação básica.

Metodologia:

A metodologia utilizada ancora-se nos pressupostos do método etnográfico em educação dando ênfase as observações de Cunha (1995) e André (1995) que ressaltam a importância e as contribuições que o método etnográfico pode trazer para o campo da pesquisa em educação. Segundo as autoras o foco de análise nesse tipo de investigação, recai sobre os processos educativos em que o/a pesquisador/a faz uso das técnicas que são específicas da etnografia, entre elas a observação participante, entrevistas e análise de documentos — método que se aplica ao estudo proposto.

Desenvolvimento

Segundo Cristian Laville (1999) durante muito tempo o ensino de história nas escolas foi marcado pela educação cívica cujos objetivos consistiam em construir a nação, legitimar a ordem social e política e seus dirigentes e cultivar o sentimento de

patriotismo e orgulho de a ela pertencer. Durante esse período a história ensinada tinha como fundamento teórico a historiografia tradicional positivista, europocêntrica e linear, organizada com base nos marcos/fatos da política institucional, numa sequência cronológica causal em que os aspectos da história local e a emergência de outros atores sociais não encontravam espaço.

De acordo com esse modelo o ensino da história do Brasil privilegiava os mitos nacionais sobre a formação da cultura brasileira, bem como a crença na integração nacional, no desenvolvimento econômico e na ideia de um progresso positivo e inevitável em que a história tem um início, meio e fim determinado. A principal característica dessa história é a exclusão: sujeitos, ações e lutas sociais são excluídos em prol da ideia de que a história é feita por alguns e para alguns. A existência da História escolar orientada por esta perspectiva deveu-se, sobretudo, ao seu papel de formador da identidade nacional. Uma nação em que todos falassem a mesma língua, compartilhassem da mesma cultura e conjugassem da mesma religião e conjunto de crenças. Para isso era preciso então fazer a integração dos indígenas a comunidade nacional, a política integracionista cumpria esse objetivo.

Fonseca (2007) considera que do movimento historiográfico e educacional ocorrido nos últimos anos é possível apreender uma nova configuração do ensino de História no que diz respeito aos objetos, temas, recortes, problemas, fontes e referenciais teóricos. Considerando a história da disciplina, faz-se relevante pontuar que estamos vivendo um momento importante em que conteúdos e métodos estão sendo reelaborados conjuntamente. No entanto nos adverte Abud (2010) que os currículos das escolas públicas, guias propostas e parâmetros são produzidos por órgão oficiais, que os deixam marcados com suas tintas, por mais que os documentos pretendam representar o conjunto dos professores e os —interesses dos alunos—. E por mais que tais grupos reivindicuem participação na elaboração de instrumentos de trabalho, esta participação tem se restringido, na maioria das vezes, a leituras e discussões posteriores a elaboração das políticas públicas, cabendo aos professores e à escola apenas cumprir tais programas.

Em razão de os cursos de formação de professores pouco discutirem a diversidade cultural e étnica, os futuros profissionais da educação correm o risco de se equivocarem em suas abordagens sobre os povos indígenas, ou tomar o livro didático como verdade absoluta. Ensinar História tendo como instrumento apenas o livro didático é uma atitude que contribui para empobrecer, limitar e restringir o conhecimento. Os conteúdos apresentados pelos livros didáticos são uniformizantes, não levam em consideração as particularidades regionais e as especificidades locais. O índio ainda aparece na maioria dos livros didáticos como seres selvagens ou exóticos, que estavam aqui quando os portugueses chegaram em 1500.

Partindo dessa premissa fez-se necessário analisar o documento que organiza e sistematiza o ensino fundamental da rede municipal de ensino de Jataí e que se traduz na matriz curricular vigente. De acordo com o que propõe o documento os conteúdos de História devem ser trabalhados partindo dos eixos temáticos. Cada eixo a princípio deve permitir que a lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena seja garantida no âmbito de todo o currículo escolar. Para ter-se uma ideia optamos por analisar a matriz curriculares em questão.

A matriz curricular de história do município de Jataí – GO foi reestruturada nos anos de 2012 e 2013 passando a vigorar em 2014. Foi proposta para as séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) a seguinte abordagem: 6º ano conta com três eixos temáticos: (1º: História, Cultura, Tempo e os legados dos nossos antepassados; 2º: Sociedades Orientais e Africanas: surgimento das primeiras cidades; 3º Sociedades clássicas: Grécia e Roma). O 7º ano conta com quatro eixos: (1º História Medieval - Diversidade e discriminação religiosa; 2º: Monarquias nacionais; 3º: Arte e Religião; 4º Encontros e diversidades). O 8º ano conta com três eixos: (1º: Cultura e Trabalho no Brasil Colonial; 2º: Era das Revoluções: a luta pela cidadania; 3º: Movimentos sociais, emancipação e liberdade). O 9º ano conta com quatro eixos: (1º: Dominação, Resistência e a Ameaça do Socialismo; 2º: Política, Propaganda e Domínio de Massas; 3º: Disputa, Resistência e Repressão; 4º: Regimes Utópicos {Comunismo, Socialismo} e o Neoliberalismo). No documento percebe-se que transversalmente o ensino da história e cultura indígena tem sido contemplado na matriz curricular da rede municipal

de Jataí, ainda nos resta desenvolver estratégias visando uma maior aceitação para a diversidade cultural para o uso do professor em sala de aula.

Ademais os eixos para serem bem trabalhados exigem domínio da disciplina de maneira que todos os conteúdos consigam ser abordados e a expectativa de aprendizagem se cumpra. A alternativa para parcialmente redimensionar o problema vigente dos professores que não dominam a temática indígena, consiste em um esforço por parte do professor em pesquisar e produzir materiais que versam sobre a temática indígena ou até mesmo cobrar da secretária de educação cursos e seminários em virtude de adquirir a competência necessária para tratar desse assunto com tranquilidade em sala de aula.

Meirelles (2011) e Bergamaschi (2011) afirmam que mesmo com a aprovação da lei 11.645/2008, existem poucas iniciativas o que não contribui para uma compreensão dos povos indígenas. Faz-se necessário combater estereótipos e preconceitos vigentes em nossa sociedade acerca dos povos indígenas. Isso só é possível mediante o aprofundamento no estudo das comunidades indígenas e uma didática em sala de aula que saiba desconstruir o modelo de índio genérico, e operar com um indígena protagonista de sua própria história, onde sua cultura não está estagnada, parada no tempo. Partindo dessa constatação fica evidente a necessidade da elaboração de novas estratégias para proporcionar um melhor entendimento da diversidade étnico cultural brasileira.

Conhecer os debates se torna essencial para derrubar preconceitos uma vez que, de acordo com Leandro Mendes Rocha (2012) um ponto polêmico relativo à temática indígena é referente à questão da Terra. Vários discursos são difundidos onde detratores dos índios argumentam utilizando estereótipos tais quais: o índio não trabalha é preguiçoso, há muita terra para pouco índio e estes são um empecilho para o desenvolvimento do país. Contudo ainda segundo Rocha esses argumentos são frágeis e vistos de maneira acurada estes estereótipos podem ser derrubados. Desse modo a lei foi elaborada com o objetivo de promover uma visão sem preconceitos e ideias estereotipadas ao retratar melhor a história indígena no Brasil.

De acordo com Celestino de Almeida (2010), se levarmos em conta movimentos indígenas da atualidade eles vão evidenciar que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar seus direitos, e ter presença ativa na sociedade dos brancos assim como aprender seus mecanismos de funcionamento não o desqualifica da condição de índio, é apenas uma ferramenta que lhes permite defender seus direitos. Ademais no Brasil é utilizado o critério de auto-definição étnica para se determinar quem é índio.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1986):

A antropologia social chegou à conclusão de que os grupos étnicos só podem ser caracterizados a partir da percepção que eles próprios e os outros grupos com os quais interagem têm de si em sua relação com os outros, não importando se esta distinção se manifesta ou não em traços culturais (CUNHA, 1986, p. 13).

Além disso, Grupioni enfatiza que os antropólogos já atestaram em diversos estudos, que faz parte da essência das culturas a mudança, a transformação. Sendo assim é natural que tanto a nossa cultura quanto a dos indígenas mude, seguindo ritmos próprios e alheios quando são impelidos por agentes externos. Todavia, de acordo com Manuela Carneiro Cunha (1987, p.15) apesar das mudanças uma cultura indígena só deixa de ser considerada assim quando os membros do seu grupo perdem a consciência de seu vínculo histórico com sociedades pré-colombianas.

A lei 10.639 e a lei 11.645/2008 têm enfoque nas contribuições da cultura negra e indígena brasileira nos aspectos sociais, econômicos e políticos, pertinente à história do Brasil, fica evidente os diversos problemas dos livros didáticos. Ainda segundo Grupioni podemos listar alguns problemas recorrentes: operar com a noção de um índio genérico, ignorando diversidades e generalizando traços culturais distintos; lidar com a história apenas listando eventos significativos da historiografia europeia, ignorando o processo histórico ocorrido no continente; apresentar povos indígenas pela ausência de traços culturais (escrita, governo, tecnologia para trabalhar com metais).

Partindo dessa constatação fica claro que novas estratégias devem ser elaboradas, com objetivo de proporcionar melhor entendimento da diversidade. Para isso as aulas devem ser ministradas resgatando aos índios sua historicidade, que não era

reconhecida até pouco tempo. É necessário explicar o papel do índio também como um protagonista de sua própria história e não apenas como vítima em função dos europeus ou das políticas adotadas pelo Estado brasileiro. Celestino de Almeida em sua obra *Os índios na História do Brasil* ressalta o problema de apresentar os índios sempre como personagens secundários, vítimas de um processo violento e vai também discernir sobre a importância de uma nova interpretação tendo o indígena como protagonista o que vai permitir, posteriormente, uma maior compreensão sobre suas histórias e a própria história do Brasil.

Considerações finais

Partimos da constatação que tanto a lei 10.639/2008 quanto a lei 11.645/2008 são muito mais do que apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação étnico racial. Funcionam como ações afirmativas reconhecendo a escola como locus responsável pela construção da cidadania ao promover a valorização das matrizes culturais formadoras da sociedade brasileira. De acordo com Grupioni a lei é importante, contudo, não será eficiente se não estiver aliada ao esforço por parte do Ministério da Educação (MEC) que se traduzam em políticas públicas de formação de professores bem como por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em incorporar nos manuais didáticos uma nova perspectiva sobre a história e a presença indígena.

No que diz respeito à inclusão do estudo dos povos originários (quilombolas e indígenas), a lei nº 11.645/2008 coloca a sua obrigatoriedade nos currículos das escolas de ensino básico. Contudo, como a lei foi colocada de cima para baixo, sem que fosse a resposta institucional para uma demanda por visibilidade exigida pelos povos indígenas, acaba existindo apenas no papel, não havendo qualquer esforço real coletivo e sistemático para criar as condições para aplicá-la (letra morta), apenas o empenho individual de alguns professores que autonomamente se colocam essa tarefa, tendo bastante dificuldade para executá-la.

O estudo empreendido, ao mesmo tempo em que concatena materiais para a elaboração de um guia didático que possa auxiliar o trabalho dos professores do ensino

básico na abordagem da presença indígena no Brasil e em Goiás, coloca algumas questões sobre o papel social e político atribuído aos povos indígenas nos manuais didáticos.

Referências

- ABUD, Kátia Maria. SILVA, André Chaves de Melo. ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmoso Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação indígena em diálogo na UFRGS: um sonho possível. In: BORGES, Juçara de Fátima; SANTOS, Simone Valdete dos; MARQUES, Tânia Beatriz Iwasko (org.). *Educação indígena em diálogo*. Pelotas: Edufpel, 2011.
- BRASIL. Plano Nacional de **Educação** – PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. 2ª ed, São Paulo: Cia da Letras, 1998
- DE OLIVEIRA, Egon Rangel: avaliar para melhor usar – avaliação e seleção de materiais e livros didáticos. In *Materiais Didáticos: escolha e uso*. 14 de agosto de 2005.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GRUPIONI, Luis D. Benzi: Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos, 2007.
- GRUPIONI, Luis D. Benzi: Os índios e a cidadania. In: *Índios no Brasil*. 1994.
- LEVILLE, Cristia. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

ROCHA, L.M. ; MORAES, Crsitina de Cássia ; SCARAMAL, E. S. T. . Educação para as relações etnorraciais. 2ed. Ed. Goiania: FUNAPE UFG CIAR, 2012. V. 405p.